

GESTÃO PARTICIPATIVA, INFORMAÇÃO E ACESSO A FINANCIAMENTOS NO BANCO DO BRASIL S/A, NA PERCEPÇÃO DE ATORES LOCAIS E DE EMPRESÁRIOS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DOS APLS DE CABO FRIO - RJ E NOVA FRIBURGO - RJ

PARTICIPATORY MANAGEMENT, INFORMATION AND FUNDING ACCESS IN BANCO DO BRASIL S/A BANK IN THE PERCEPTION OF LOCAL STAKEHOLDERS AND ENTREPRENEURS OF MICRO AND SMALL ENTERPRISES OF LPAS CABO FRIO - RIO DE JANEIRO AND NOVA FRIBURGO - RJ

LAMOUNIER ERTHAL VILLELA

Doutor em Economia Aplicada - Sorbonne Nouvelle PARIS III e Pós-Doutorando em Administração - EBAPE/FGV
Professor Titular e coordenador do PPGAD da Universidade Estácio de Sá e Universidade Cândido Mendes
lvillela@estacio.br

LUIZ CLÁUDIO SOARES

Mestre em Economia Empresarial - Universidade Cândido Mendes
lclaudiomg@yahoo.com.br

Recebido em: 03/09/2009

Aprovado em: 20/11/2009

ISSN 2175-5787

Resumo

Este artigo aborda o nível de acesso e de conhecimento que empresários integrantes dos Arranjos Produtivos Locais (APL) de Cabo Frio – RJ e Nova Friburgo - RJ possuem a respeito das modalidades de financiamentos disponibilizados pelo Banco do Brasil S/A (BB). Trata-se de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, elaborada com base em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Os resultados mostraram que ainda há muito a ser aperfeiçoado na comunicação entre o BB e as empresas pesquisadas quanto ao acesso aos financiamentos. Os resultados da pesquisa apontam que, direta ou indiretamente, o nível de conhecimento e acesso a financiamentos estão ligados aos seguintes fatores: a) ao incipiente processo de gestão social nos APLs; b) ao ambiente de competição interna predatória, c) à concorrência baseada na redução de preços, que impacta na qualidade e no aumento da informalidade; d) à cultura de isolacionismo e às práticas gerenciais e financeiras não profissionalizadas, por fim, e) às próprias características do BB que, como o maior e mais capilarizado banco integrante do concentrado e centralizado sistema financeiro brasileiro, possui uma atuação nacional impactando sua capacidade de realizar, em nível local, um tratamento direcionado a empresas inseridas em APLs.

Palavras-Chaves: APLs, Financiamentos, Gestão Social.

Abstract

This article deals with the levels of access and knowledge that members of the Local Productive Arrangements (LPAs) of Cabo Frio – RJ and Nova Friburgo – RJ (cities in the state of Rio de Janeiro, southeast of Brazil) have in relation to the funding forms offered by Banco do Brasil bank. This is an exploratory research, with qualitative stamp developed based on bibliographical, documental and field researches. The results showed that there is still too much to improve in the communication between the BB and the companies surveyed when it comes to funding access. The survey results indicate that, direct or indirectly, the knowledge and access to finance levels are related to the following factors: a) the incipient process of social management in LPAs b) the environment of internal predatory competition c) competition based in lowering prices, which impacts the quality and the increasing informality d) the culture of isolationism and managerial financial practices and non-professionalized, finally, e) the BB characteristics themselves, as the largest and most capillary bank member of the concentrated and centralized in the Brazilian financial system, has a national presence impacting its ability to perform, at the local level, a treatment aimed at companies included in LPAs.

Key-Words: LPAs, Funding, Social Management

1 - INTRODUÇÃO

Teoricamente, o acesso ao crédito constitui elemento impulsionador das atividades empresariais. Este acesso ocorre a partir de condicionantes legais, de ordem jurídico-institucional, e de condicionantes estabelecidas pelos agentes financeiros. O conteúdo informacional que o postulante ao crédito disponibiliza sobre seu negócio e projetos, o seu potencial de executar o plano de negócios proposto ao financiador, na opinião deste, é a sua capacidade de oferecer garantias reais ao capital pretendido.

No caso dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência (CASSIOLATO e LASTRES, 2003), estas condicionantes a financiamentos são de difícil obtenção, uma vez que se trata de uma estrutura formada por várias unidades produtivas, independentes entre si sob o aspecto jurídico. Assim, seus integrantes acessam o crédito de forma individual, com todas as restrições decorrentes da condição de micro e pequenas empresas (MPEs), própria da maioria dos constituintes de tais arranjos. Estas restrições, tais como tamanho, estrutura, capacidade financeira e gerencial, além de baixo conteúdo informacional, refletido em documentos contábeis, não raro, aquém do exigido pelos financiadores, pequeno histórico empresarial e reduzida capacidade de prestação de garantias reais, impactam sensivelmente, de maneira negativa, o acesso ao crédito.

A formação e o estabelecimento de redes de empresas, APLs incluídos, estão ligados às trajetórias históricas de construção de identidades, tanto culturais quanto econômicas e de formação de vínculos regionais e locais a partir de uma base comum de ordem social, cultural, política e econômica. Geralmente, as redes empresariais estão ligadas à proximidade geográfica, à identidade cultural e também à similaridade de atividades e/ou interesses, possibilitando o compartilhamento de visões e valores. As redes constituem fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões ou empreendimentos similares, quando tomados isoladamente (REDESIST, 2005).

Em agosto de 2008, na 50ª reunião do “Fórum Permanente das Empresas de Pequeno Porte” do comitê temático “Investimento e Financiamento” do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), foi abordada a necessidade de aproximação junto a estas estruturas produtivas por parte dos Bancos Oficiais, através do Programa de Aproximação Banco/Empresa (MDIC, 2008). Sendo micro e pequenas empresas as

organizações mais presentes nos APLs, podemos inferir que este movimento venha a favorecer, mesmo que indiretamente, estes arranjos produtivos. O Banco do Brasil S/A (BB) realizou uma apresentação sobre o tema em abril de 2008 (DIMPE, 2008).

Tais ações já vêm de longa data. Em janeiro de 2006, por exemplo, foi firmado o “Convênio de Cooperação Técnica” entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Banco do Brasil S/A para: “atuação conjunta em prol das micro e pequenas empresas integrantes de Arranjos Produtivos Locais, bem como para o aumento do intercâmbio de informações, cooperação e outras atividades correlatas” (SEBRAE, 2006).

O objetivo deste artigo consiste em verificar o conhecimento e o acesso, por parte de MPEs integrantes dos APLs de Cabo Frio – RJ e Nova Friburgo- RJ, a financiamentos do BB, diante das suas realidades de gestão social e desenvolvimento local. Para tal, a pesquisa de campo buscou compreender a visão dos empresários e representantes de instituições locais que participam da governança destas duas redes empresariais.

Este artigo está organizado em quatro partes. Após esta introdução, a primeira parte aborda o referencial teórico que fundamentou a pesquisa, tais como as teorias sobre redes de empresas, APLs, Estruturas de Sistemas Financeiros, Desenvolvimento Local e Gestão Social. Na segunda parte é apresentada a metodologia utilizada, principalmente na condução da pesquisa de campo elaborada nos APLs de Cabo Frio-RJ e de Nova Friburgo- RJ. Na última parte são apresentadas as conclusões.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - As redes de empresas

Diversas são as modalidades de redes de empresas ou de atividades produtivas na economia contemporânea, tais como as tecnópoles, os polos, *clusters*, distritos industriais, parques tecnológicos e incubadoras de empresas, sendo que, neste artigo, trataremos especialmente dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, e também abordaremos alguns aspectos da experiência conhecida como “Terceira Itália”, na qual se busca, não raro, inspirações para o entendimento dos APLs no Brasil.

Como relata Suzigan:

Sistemas Locais de Produção podem ter várias caracterizações conforme sua história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais nos quais se inserem, estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre agentes, formas de aprendizado e grau de disseminação do conhecimento especializado local. [...] definir tais sistemas não é tarefa trivial nem isenta de controvérsias. (SUZIGAN *et al*, 2004)

Estas estruturas produtivas são cada vez mais apontadas como peças importantes para o desenvolvimento econômico e social da região onde estão instaladas. Os APLs são possíveis em regiões de identidade e cultura homogêneas, com base social e política que sustentem sua existência. Sua instalação depende destas pré-condições e, também, sua existência fortalecerá estas características locais, desde que bem conduzidas por um processo de governança democrática e ativa, onde todos os membros participem.

APL, então, é um sistema de produção integrada, semelhante aos distritos industriais italianos e que, para fins de estudo e considerações teóricas, foi assim denominado, sendo adaptado à realidade brasileira por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando a ser adotado também pelo SEBRAE, a partir do redirecionamento estratégico 2003/2005 daquele órgão (SEBRAE, 2003).

No caso específico das Micro e Pequenas Empresas, constituintes da maioria dos APLs nacionais, a questão é não se ter competência para dominar e gerir todas as etapas da cadeia de valor. A solução pode estar na formação de redes de cooperação, em que a rede passa a dominar todas as etapas da cadeia e cada empresa desempenha sua função de acordo com sua competência essencial (NETO, 2005).

A literatura tem destacado, ao longo dos últimos anos, a importância dos Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento local, em países de vários estágios de desenvolvimento. O ambiente socioeconômico é um determinante na configuração destas estruturas. Segundo Fabiana Santos (SANTOS; CROCCO; LEMOS; 2002) deve-se reconhecer a especificidade destes arranjos localizados em países periféricos, onde encontramos: 1. níveis menos desenvolvidos de capacitações inovadoras; 2. ambiente organizacional aberto e passivo, com funções estratégicas realizadas externamente ao sistema, restando, para o local, apenas a mentalidade produtiva; 3. ambientes macroeconômico e institucional mais voláteis e 4. presença marcante da subsistência, com baixo nível de renda *per capita*, baixo nível educacional e reduzida complementaridade produtiva e de serviços com o polo urbano e frágil imersão social.

Estas características listadas anteriormente, presentes na maioria dos Arranjos Produtivos no Brasil, têm dificultado a inserção na realidade econômica de maneira mais

sólida e refletem-se nas dificuldades tanto de obtenção de financiamento, objeto deste trabalho, como também de inserção social, um aspecto estruturado e estruturante dos APL, que, ao mesmo tempo, é necessário para a instalação de um arranjo e é decorrente de sua existência, quando ativa do ponto de vista social.

A experiência italiana, a partir da década de 60, conhecida internacionalmente como “Terceira Itália”, destaca-se justamente por ter obtido um alto grau de resultados sociais positivos, alcançados através do desenvolvimento de redes industriais de pequenas e médias empresas com fortes ligações com o local onde estão instaladas, muito semelhantes, aparentemente, aos APLs brasileiros, embora encontremos muitas diferenças nos resultados das mesmas (LORENZO, 2006).

Pensar nas possíveis causas destas divergências pode levar-nos a várias hipóteses e constatações. Assim, escolhemos focar o sistema de financiamento disponível para os dois casos, Itália e Brasil, e neles procurar identificar, não a única e nem talvez a mais importante, mas uma das principais diferenças existentes entre os modelos e que certamente contribui para a distinta situação encontrada.

A base do modelo italiano é uma nova forma de organização da produção, distinta do modelo fordista, pois apresenta desverticalização das atividades produtivas, nova divisão do trabalho, tanto na indústria quanto na sociedade, e substituição das grandes empresas e do modo de produção em massa por formas mais flexíveis e com capacidade de resposta mais rápida às mudanças econômicas na indústria e nos outros setores da sociedade.

O desenvolvimento dos distritos industriais italianos fundados em redes de pequenas e médias empresas foi tão intenso a partir de 1970 que ganharam o status de “modelo” e, desde aquela época já se questionava se a bem sucedida experiência italiana poderia ser transplantada ou reproduzida para outras localidades, principalmente para países menos desenvolvidos (LORENZO, 2006).

3 - SISTEMA BANCÁRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ITALIANO EM COMPARAÇÃO COM O BRASILEIRO

Uma vez que se procura incentivar o desenvolvimento, no Brasil, dos APLs e que, não raro, são traçados paralelos entre estes e a experiência conhecida como “Terceira Itália”, devemos atentar para o aspecto e a organização do sistema de financiamentos destinados às aglomerações de empresas naquele País. Este paralelo encontra justificativa também pelo fato do acesso ao crédito constituir elemento impulsionador das atividades empresariais, como

descrito na introdução deste trabalho. Carnevalli *apud* CAVALCANTE (1996) informa que os bancos daquele País, até recentemente, obedeciam a um instrumento legal de 1936, onde havia apenas um banco de atuação nacional, sendo que os demais tinham suas áreas de atuação determinadas pelo governo central. A unificação tardia da Itália fez com que alguns traços desta fragmentação política sobreviessem aos dias atuais, sendo um deles a fragmentação bancária. Ainda hoje, apesar de um processo de “concentração”, existem na Itália cerca de sete mil agências bancárias, representando cerca de mil casas bancárias diferentes, uma realidade totalmente estranha ao sistema financeiro brasileiro. O Banco Central (BC) Italiano considera vínculos com instituições locais como uma das regras para a abertura de mais filiais, tendo como alvo o financiamento local, principalmente de pequenas e médias firmas, o que acabou, de fato, criando também uma interdependência entre os financiados e financiadores, sem descuidar para que não se formassem monopólios creditícios nas regiões, incentivando a competição local. Além disso, os volumes de empréstimos dos bancos também são controlados pelo BC, que não permite a concessão de crédito a clientes que comprometam o balanço dos bancos via concentração de recursos em poucos tomadores. O Governo Federal criou agências de crédito denominadas *Medio Crediti Regionalli*, ligadas aos locais onde estão instaladas e que prestam garantias aos empréstimos tomados pelas pequenas e médias firmas. O *funding* destas instituições locais é originário, em grande parte, de investidores locais.

Nosso sistema bancário, surgido da concentração de bancos menores e, no que tange aos bancos de controle privado, fortemente concentrados em áreas de grande aglomeração populacional e de renda, não é exatamente um modelo de aproximação das pequenas aglomerações produtivas locais, particularmente no que concerne à concessão de crédito de forma diferenciada a estes, tendo em vista um necessário conhecimento e aproximação, com decisões tomadas de forma local e discricionária. Nosso sistema bancário, ao contrário, é concentrado tanto nas operações quanto nas decisões com relação à concessão de financiamentos a empresas distantes dos centros de decisão dos bancos, quer estejam ou não inseridas em arranjos produtivos locais.

No Brasil, a Reforma Bancária de 1964 foi o marco divisor do sistema bancário brasileiro. Contudo a onda de mudanças que o sistema financeiro brasileiro experimentou em paralelo às mudanças estruturais na nossa economia, como a queda da inflação e uma maior regulação do sistema, parece ter cumprido o papel de fazer com que o setor também se concentrasse por aqui, porém sem termos a certeza de que os ganhos de produtividade com essa nova organização tenham sido transferidos para o público. Isso se reflete no alto spread ainda pago pelos investidores e pela taxas pagas sobre os depósitos que não são de forma alguma tão elásticas quanto as taxas de juros sobre empréstimos. Se por um lado louva-se a preocupação do Banco Central do Brasil - BCB em administrar de forma cuidadosa o risco sistêmico, por outro lado observa-se que não existe qualquer restrição a novas aquisições por parte dos mesmos compradores. Sobre o setor financeiro não existe nenhum tipo de controle concorrencial como o que se observa sobre outros setores. (BARBACHAN, 2004)

4 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para refletirmos sobre estruturas em rede e toda a complexidade quanto ao seu funcionamento, devemos considerar o ambiente no qual as mesmas estão implantadas ou no qual se pretende implantá-las. Tais locais devem contar com infraestrutura física e também com condições sociais e de desenvolvimento humano mínimos, para que obtenham êxito em sua governança. Ambas as condicionantes também deverão estar presentes em sociedades que valorizam a democracia participativa e deliberativa. Do contrário, tais empreendimentos estarão fadados ao insucesso, mesmo com as duas primeiras condicionantes atendidas.

As micro, pequenas e médias empresas existentes em aglomerações produtivas locais podem reduzir custos de inovação e de introdução de novos produtos no mercado, através das inter-relações entre produtores e consumidores (MYLTEKA e FARINELLI, 2000 *apud* CAVALCANTE, 2006). Isso resulta em eficiências coletivas de redução de custos de transação, inovação acelerada e maior acesso a mercados, e também através de externalidades positivas, como disponibilidade de mão-de-obra especializada, infraestrutura e outros, inclusive por meio do maior acesso a instituições culturais, políticas e sociais.

Pensar no desenvolvimento local exige que consideremos aspectos como cidadania, economia, cultura associativa e meio-ambiente, os quais deve compor um todo onde se pretenda instalar um APL ou onde o mesmo esteja inserido. O processo de desenvolvimento local abrange poder público e iniciativa privada integrados e com capacidade e iniciativa que incrementem a vocação da região, apostando em uma melhora integral da qualidade de vida da população (MARSIGLIA *apud* TENÓRIO, 1996).

A crescente internacionalização-globalização das relações políticas, econômicas e sociais faz com que as identidades locais sejam as principais forças de promoção do desenvolvimento. Esse aspecto faz com que haja a necessidade de descentralizar as responsabilidades do Estado com relação ao fomento de políticas de desenvolvimento; na verdade é necessária a união de um conjunto de agentes (governos locais, firmas, entidades públicas de apoio etc.), que conhecem detalhadamente as características locais para que se possa realizar ações que venham beneficiar todos os atores envolvidos na aglomeração. (CAVALCANTE, 2006)

Ao estimular processos locais de desenvolvimento, é preciso ter em mente que qualquer ação nesse sentido deve permitir a conexão do arranjo com os mercados, a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que se mantenha ao longo do tempo, a promoção de um ambiente de inclusão de micro e pequenos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, a elevação do capital social por meio da promoção e da cooperação entre os atores do território (SEBRAE, 2003). Todo este processo, também definido como Gestão Social, é um processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico (TENÓRIO, 1998).

4.1 – Gestão social

A Gestão Social deve ser um objetivo das organizações sociais, uma vez que dela emerge um desenvolvimento local realmente disseminado, igualitário e participativo. Segundo Tenório (2007), há uma dificuldade de sustentar-se, contínua e sistematicamente, altos níveis de participação social nas diretrizes das políticas a serem adotadas em uma determinada região. Esta participação não terá outro propósito principal que não o de alcançar o desenvolvimento com cidadania.

Esse pressuposto indicará que os integrantes da sociedade, individualmente ou por meio dos grupos organizados da sociedade civil nos quais participam efetivamente, bem como dos empresários locais, em interação com o poder público municipal, decidem, tendo em vista o bem público e o bem-estar da comunidade, segundo uma verdade que será construída por todos os participantes, não imposta por quem detiver mais poder econômico, social, político ou intelectual. Tenório faz ainda uma comparação entre Gestão Estratégica e Gestão Social, destacando que, na primeira, há autoridade formal e combinação de competência técnica com atribuição hierárquica, o que gera o comportamento tecnocrático e decisões hierarquizadas, segundo os valores da sociedade que abriga tal gestão. Já a Gestão Social diferencia-se daquela justamente pela gestão participativa, dialógica, e exercida por diversos atores sociais, sem a hierarquização e sem a tecnocracia.

De acordo com Tenório (2007), a verdade, na Gestão Social, é construída em um processo de aceitação de todos, o que supera o conceito individualista e de experiência individual, passando a ser um acordo alcançado por meio de discussão crítica. Diante destes conceitos, Gestão Social é entendida como um processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de dada sociedade, região, território ou sistema social específico.

Tratando-se de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, o processo de implementação dessas somente terá significado, na perspectiva de gestão social, se os usuários das políticas participarem do processo. Desenvolvimento não significa apenas concessão, mas também a promoção da prática de uma cidadania deliberativa. Assim, o desenvolvimento social, alvo das organizações governamentais e não-governamentais, tendo como último propósito o bem-estar da sociedade, necessita de um processo de cidadania participativa e deliberativa, que se onstrói, justamente, com uma eficaz gestão social.

5 – METODOLOGIA

5.1 - Pesquisa exploratória

Foram consultados *sites* na internet onde foram obtidas informações, publicadas pelo Banco do Brasil S/A, acerca de financiamentos disponibilizados às micro e pequenas empresas e também aos exclusivos a integrantes de APLs, recém-lançado pelo banco. Em *sites* também obtiveram-se dados sobre os APLs de Cabo Frio – RJ e de Nova Friburgo - RJ. Este cuidado foi tomado para que as informações utilizadas fossem de domínio público, pois trata-se aqui justamente de informação e acesso.

5.2 – Pesquisa de campo

Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, para aferir a situação dos itens em estudo junto aos empresários e aos integrantes da governança destes APLs, que se dispuseram a participar da pesquisa, e também junto a alguns dirigentes e gerentes do BB nos níveis local, estadual e nacional, envolvidos direta ou indiretamente no relacionamento do banco com as empresas dos dois APLs.

Apesar da impossibilidade de classificar-se rigidamente uma pesquisa segundo os procedimentos técnicos adotados (GIL; 1991), destaca-se neste trabalho o uso da pesquisa bibliográfica, na formação do referencial teórico; da pesquisa documental, na obtenção dos

dados e da pesquisa de campo; estruturada e semiestruturada, para a coleta de informações junto aos representantes de empresas e entidades das governanças dos APLs.

Os roteiros das entrevistas e questionários foram elaborados pelo pesquisador e, a fim de validá-los, foram apresentados, discutidos e testados junto ao orientador da pesquisa e a profissionais especializados atuantes nos locais que seriam pesquisados.

Os Arranjos Produtivos Locais onde foram realizadas as pesquisas são constituídos por cerca de duzentas empresas atuantes na produção de moda praia, em Cabo Frio, e cerca de oitocentas empresas de produção de moda íntima em Nova Friburgo, embora apenas cerca de 280 sindicalizadas. Foram entrevistados quarenta empresários, dos sessenta contatados, destacando-se a característica de micro e pequenas empresas desta amostra. Além dos empresários, foram entrevistados cinco representantes das Governanças dos APL e cinco representantes do Banco do Brasil S/A, dois nas agências locais, dois na superintendência estadual do Rio de Janeiro e um na Diretoria de Micro e Pequenas Empresas (DIMPE), totalizando cinquenta participantes.

As dificuldades enfrentadas para a coleta de dados junto aos agentes pesquisados não se resumiram ao fato de terem sido procuradas sessenta empresas e apenas quarenta terem respondido aos questionários, conforme já exposto, mas se manifestaram no difícil entendimento, por parte dos empreendedores entrevistados, a respeito da importância do tema. O tempo para a pesquisa também foi um forte limitador, tanto no sentido do tempo decorrido entre a abordagem e a efetivação das entrevistas como também das próprias entrevistas em si.

Nas entrevistas do pessoal do BB e representantes das Governanças dos APLs, os fatores tempo para a realização da entrevista e horário para realização da mesma foram limitadores enfrentados pelo pesquisador, uma vez que tais profissionais estão sempre ocupados com tarefas das mais díspares, evidenciando, no caso dos agentes da governança, a imensa quantidade de itens e temas a serem administrados e solucionados pelos APLs e, no caso do BB, o imenso raio de atuação e a quantidade elevada de assuntos conduzidos por alguns representantes do Banco, entre eles, o relacionamento com os APLs.

6 – RESULTADOS

6.1 - Pesquisa exploratória

6.1.1- O Banco do Brasil S/A

Com destaque entre os bancos brasileiros de atuação nacional, devido à capilaridade de sua rede de agências e seu histórico de duzentos anos de atuação, o Banco do Brasil S/A, atualmente com cerca de 24,6 milhões de correntistas e 15,1 mil pontos de atendimento em 3,1 mil cidades de 22 países, utiliza duas metodologias particulares junto às organizações em rede: o Desenvolvimento Regional Sustentável (DSR) e os Arranjos Produtivos Locais. Enquanto os primeiros atendem às regiões com menor densidade empresarial e mais baixa renda, envolvendo iniciativas rurais e urbanas, a metodologia de APL refere-se justamente ao relacionamento do banco com estruturas que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem, conforme mencionado no *site* do BB (www.bb.com.br). A DIMPE do BB coordena estas ações através de superintendências estaduais e regionais e, desse modo, atingem as agências locais.

Além de colocar, de imediato, à disposição dos interessados, produtos já existentes, conforme foi apurado na pesquisa documental, o BB está interagindo com as governanças dos APL para conhecer as ações que estão sendo realizadas e a dinâmica dessa forma de organização da produção, inclusive utilizando sua plataforma de internet para a divulgação destes arranjos: é a chamada: “Vitrine APL” no *site* do BB. Este é gestor do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que presta complementação de garantias de risco aos empreendedores financiados pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e Cooperativas de crédito, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e também faculta a seus clientes a utilização do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE) do SEBRAE, cujo fundo mantém sua conta nacional no BB (fonte: www.bb.com.br).

Determinados financiamentos podem ter cobertura destes fundos, mediante acréscimo no custo dos mesmos. Na figura 1, apresentam-se dados do relacionamento do BB com as empresas de APLs em todo o Brasil, obtidos junto à DIMPE.



Figura 1 - Número de APL no foco do Banco do Brasil S/A - BB

Fonte: Diretoria Micro e Pequenas Empresas - DIMPE do BB em dezembro de 2008

Na pesquisa documental foram identificadas 31 modalidades de crédito destinadas às micro e pequenas empresas, que são acessadas por integrantes de APLs (MDIC; 2009)

Em agosto de 2008, foi lançado o primeiro produto exclusivo para empresas integrantes de APLs, denominado BB GIRO APL. É uma linha de crédito voltada para integrantes de APLs, preferencialmente para empresas com faturamento anual de até R\$2,4 milhões, atualmente com carência de 149 dias para a primeira prestação e com a menor taxa de juros dentre as linhas de crédito fixo do BB direcionadas a empresas com este nível de faturamento bruto. São exigidas garantias reais ou fidejussórias, sendo as mais comuns o aval e a fiança dos sócios da empresa solicitante do empréstimo (MDIC; 2009). Esta linha não é passível de cobertura de garantias pelos fundos de aval FAMPE ou FUNPROGER.

6.1.2 - O APL de moda praia de Cabo Frio - RJ

A cidade de Cabo Frio está inserida na baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro, onde também estão os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e outros. Várias já foram as atividades econômicas de destaque de Cabo Frio, desde as baseadas na agricultura, no extrativismo, na pecuária, na indústria pesqueira e, mais recentemente, na década de 60, no beneficiamento do sal, proveniente principalmente de Araruama, e que dominou a atividade econômica da cidade. Com a perda de importância econômica para os estados da região Nordeste, particularmente para o Rio Grande do Norte, a indústria pesqueira

não chegou a reassumir seu posto de importância de antes, e o turismo passou a ocupar este lugar de destaque na economia da cidade e da região, principalmente com a construção da ponte Rio-Niterói, que facilitou o acesso à região. Com o turismo, vieram os serviços e a produção de moda, que assumiram um lugar importante na economia da região, conforme encontrado no *site* da Prefeitura Municipal de Cabo Frio (www.cabofrio.rj.br).

O início das atividades econômicas ligadas à moda praia em Cabo Frio pode ser identificado a partir de iniciativas individuais na década de 50, as quais materializaram empresas familiares, que difundiram seu modo de produção e tecnologia através da dispersão do saber entre os empregados que, aptos e capitalizados, montaram seus próprios negócios, de acordo com o site do Sindicato das Indústrias do Vestuário (Sindinvest) (www.sindinvest.org.br).

Em meados da década de 80, um grande número de empresas instalou-se em um mesmo local, na Rua José Rodrigues Povoá ou na Rua da Gamboa, hoje conhecida como “Rua dos Biquínis”. Esta aglomeração local elevou os preços dos poucos imóveis existentes, incentivando a construção ou ampliação dos mesmos, elevando substancialmente a concentração de empresas, tanto de pequenas fábricas quanto de lojas no referido espaço. A atividade expandiu-se e atraiu empresários de outras cidades, tais como Rio de Janeiro, Petrópolis, São Paulo e outras. As confecções não fabricam apenas os famosos biquínis, mas diversificaram para outros itens do vestuário de praia. Dados públicos informam que o APL de Cabo Frio conta com mais de duzentos estabelecimentos ligados à moda praia, gerando mais de seiscentos empregos (Fonte: www.sebraerj.com.br).

A partir da segunda metade da década de 90, a “Rua dos Biquínis” recebe melhorias na infraestrutura, e hoje constitui o “Gamboa Shopping”. O Shopping concentra lojas das fábricas de moda de praia, contando com mais de 150 estabelecimentos, embora alguns empresários detenham grupos de até oito lojas. A Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis (ACIRB) reúne a maioria destas empresas e volta-se para ações ligadas à infraestrutura e à logística. Segundo Valle (2007), participavam, em 2007, da Governança do APL, o SEBRAE, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, a Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS), o BB, a Associação Comercial, Industrial e Turística de Cabo Frio (ACIA), entre outros.

6.1.3 - O APL de moda íntima de Nova Friburgo – RJ

A constituição do APL de Nova Friburgo remete-se à instalação na região de uma empresa de capital estrangeiro, na década de sessenta. Nos anos 80, uma série de demissões ocorreu nesta empresa, e funcionárias, na sua maioria, com pouco capital e algum conhecimento do ofício, iniciaram pequenos negócios próprios no âmbito de suas residências, o que resultou na instalação de pequenas empresas dedicadas à confecção, com produção destinada ao mercado de moda íntima. Em 1997, a FIRJAN e o SEBRAE encomendaram à Fundação Getúlio Vargas (FGV) um estudo sobre as potencialidades econômicas do Estado do Rio de Janeiro, e a vocação da cidade de Nova Friburgo foi confirmada. A cidade constituiu-se em um polo, reunindo municípios como Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras e Macuco. Em 2001, o APL é contemplado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sua vocação para a moda íntima é afirmada, conforme o *site* do APL de Nova Friburgo (www.intimafriburgo.com.br).

O Conselho da Moda de Nova Friburgo, estrutura de governança do Polo, foi criado em 2002 e re-estruturado em 2003, com a entrada de novos integrantes. Em 2009, é formado, por representantes das prefeituras dos municípios envolvidos, do SEBRAE/RJ, da FIRJAN, do Sindicato da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo (SINDVEST), do BB, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), conforme o *site* do APL (www.intimafriburgo.com.br).

Com base no Censo da Indústria Têxtil e de Confecções (www.desenvolvimento.gov.br), publicado em março de 2004, apenas 45% das empresas deste APL acessou crédito junto a agentes financeiros. Destas, somente 19% utilizaram o financiamento para investimentos, ficando 81% com financiamento para o capital de giro. Tal situação denota a baixa inserção dos agentes de crédito junto ao APL.

6.1.2 Resultados da pesquisa de campo

Nas entrevistas com os funcionários do BB, ficou evidenciado: 1- a busca do banco por uma maior articulação junto aos APLs em questão; e 2- a característica centralizada do planejamento estratégico das ações do BB direcionadas aos APLs de todo o País, a partir da Diretoria localizada em Brasília e das Superintendências estaduais, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro. A centralização foi justificada pelos entrevistados devido ao grande porte

da instituição e pela necessidade de uniformização de procedimentos, produtos e serviços, além de coordenação e controle das atividades. No âmbito das agências locais do banco, foi esclarecido pelos entrevistados, que as carteiras dos clientes dos “gerentes de conta” da instituição, trocados periodicamente, inclusive entre as agências, englobam empresas participantes e não-participantes de APL. Logo, não há uma estrutura exclusiva de atendimento aos integrantes de APL nas agências de Cabo Frio e de Friburgo.

Não obstante essas situações, o banco procura aproximar-se dos APLs, particularmente com iniciativas locais, participando de suas governanças. As linhas de crédito disponibilizadas às empresas são as mesmas destinadas às micro e pequenas empresas que não integram os APLs, à exceção de uma, o BB GIRO APL, criada em agosto de 2008. Tal linha de crédito marca o início de uma customização de produtos para empresas integrantes de APLs. Esta tentativa de customização de produtos e serviços é identificada nas ações gerenciais locais e regionais do Banco, embora nos limites impostos pela necessária visão nacional de resultados do banco.

Nas entrevistas com os representantes das governanças dos APLs de Cabo Frio - RJ e de Nova Friburgo – RJ, ficou evidente a dificuldade de implementar ações conjuntas e cooperadas entre empresários locais. Neste contexto, o APL de Nova Friburgo apresenta-se em estágio mais avançado do que o de Cabo Frio. O Conselho da Moda do APL de Nova Friburgo, responsável pela governança do polo, vem acumulando experiências de planejamento conjunto e desenvolvendo ações estratégicas para o arranjo, tal como o planejamento estratégico para os anos 2009-2011, com ações voltadas para curto e médio prazo.

Os representantes da Governança de Cabo Frio demonstraram nas entrevistas o desejo de uma retomada do processo de integração e de revitalização do APL. Na entrevista com a representante do SEBRAE, em Cabo Frio – RJ, e com presidente da Associação Comercial e Industrial da Rua dos Biquínis, foi informado, por ambos, que ocorreu recentemente uma desarticulação da governança local. No entanto, estão em processo de reorganização.

Nas entrevistas com os empresários participantes dos APLs, ficou evidenciado que a modalidade mais acessada de financiamento junto ao BB é o de curto prazo. Os financiamentos de máquinas e equipamentos, na sua maioria, são concedidos pelos próprios fornecedores destes itens. Foi esclarecido, nos comentários realizados, que somente as empresas maiores conseguem acesso a financiamentos nos bancos, inclusive no BB, e estas adquirem os equipamentos e/ou matérias-primas diretamente dos fabricantes, obtendo

descontos consideráveis e que compensam o financiamento bancário para a parcela a ser paga à vista. Já os pequenos dependem dos representantes ou intermediários, que oferecem pouco desconto à vista e fidelizam o cliente através do financiamento próprio.

As questões documentais e de burocracia, além das exigências de garantias, ou de enquadramento em um fundo de aval, e também patrimônio dos acionistas ou da empresa, foram os itens mais citados como impeditivos ao relacionamento com o Banco do Brasil S/A. Outros não se relacionam com o banco pelo simples fato de já serem clientes de outras instituições que os atendem e em virtude de seu volume de operações não comportarem relacionamento com mais de um banco. Foram citadas a ausência de atendimento exclusivo, a falta de funcionários especializados, a pouca autonomia do gerente local, entre outros itens. Juros altos também foram apontados como um entrave, embora considerem que estes vêm sendo reduzidos, mas de maneira lenta.

A participação nas reuniões, decisões e sugestões nos APL foi apontada pelos empreendedores como muito pequena, sob várias alegações, desde centralismo de decisões nos órgãos participantes das governanças, que levariam a “soluções prontas e formatadas”, até questões como falta de espírito de conjunto. Os empresários também relataram a concorrência acirrada que leva a ocorrências de pirataria de produtos, guerra de preços, queda de qualidade e informalidade. Existem disputas por espaços, dentro e fora do APL, e tudo pode ser atribuído, na opinião dos entrevistados, à falta de visão e formação do empresariado local. Falta de confiança da governança, geração de poucas ideias e inovações locais também foram apontadas como causas da baixa participação e interação entre os empresários dos APLs pesquisados. Alguns empresários citaram que lhes parecem, às vezes, que são convocados para as reuniões da governança apenas a fim de referendar ou legitimar ações e estratégias já definidas por um pequeno grupo.

7 – CONCLUSÕES

Os integrantes de APL, em sua maioria micro e pequenas empresas, se êm dicotomicamente inseridos em um ambiente de associação e competição, em que o nível de compreensão dos empresários a respeito dos benefícios das parcerias nos arranjos produtivos é demasiadamente baixo. No que tange à relação das MPEs com o BB, foi observado na pesquisa que estas empresas normalmente não apresentam demonstrativos financeiros, não possuem histórico de operação comprovado junto a bancos, além de sua pouca experiência

junto ao sistema financeiro. Tal situação dificulta o acesso das MPEs a financiamentos bancários, reduzindo, assim, as possibilidades de novos investimentos e crédito.

A oferta de crédito por parte do BB junto às MPEs pesquisadas é influenciada pela reduzida disponibilidade de ativos reais utilizados para prestação de garantias, pela baixa qualidade dos demonstrativos financeiros apresentados aos agentes de crédito e pela preferência à liquidez. Outro aspecto que foi ressaltado na pesquisa é decorrente da organização e distribuição do sistema bancário nacional, que se tornou extremamente concentrado, ou seja, os bancos são muito grandes para cuidar dos problemas dos pequenos empresários. Segundo a literatura pesquisada, esta realidade é distinta da encontrada na Itália, onde o sistema bancário descentralizado atua localmente junto aos aglomerados produtivos denominados de “Terceira Itália”. Esta aproximação é considerada um dos pilares do sistema financeiro daquele país, baseado em bancos regionais e agências de prestação de garantias, que contam com fundos também regionais, tornando-os intrinsecamente ligados ao resultado dos empreendimentos locais. No caso brasileiro, uma das características mais marcantes do sistema financeiro é justamente a concentração bancária em poucos agentes e a concentração destes poucos nas grandes praças.

Apesar do esforço empreendido pelas diversas áreas do BB, conforme descrito neste trabalho, os empresários pesquisados carecem de mais ações de esclarecimento sobre as modalidades de financiamento disponibilizadas pelo BB e também de uma estrutura nas agências do banco voltada ao atendimento das necessidades dos integrantes de APL. Na pesquisa, foi observado que as modalidades de crédito acessadas pelos empresários de APL junto ao BB, na sua maioria, são as mesmas disponíveis para MPEs que atuam isoladamente e não em APLs. Sinais de mudanças já começaram a ser percebidos com o lançamento, em agosto de 2008, do primeiro produto direcionado exclusivamente a empresas integrantes de APL, o BB GIRO APL.

Pela visão dos entrevistados no BB, o grande porte do banco, com suas metas de desempenho, de acompanhamento e de controle centralizado dificultam a customização de produtos e serviços diferenciados nas realidades locais. Os empresários integrantes de APL, por sua vez, apesar do pouco conhecimento das modalidades de financiamento disponíveis e da reduzida oferta de financiamentos exclusivos, apresentam reivindicações individualmente em seu relacionamento com o banco, ou ainda através de iniciativas de pequenos grupos. Não possuem uma capacidade de mobilização conjunta para interceder junto ao sistema financeiro nacional e aos organismos públicos proativamente, permanecendo em uma postura reativa.

Na pesquisa de campo, ainda que observada uma maior participação dos empresários de Nova Friburgo na governança do APL, se comparado com a situação de Cabo Frio, pode-se inferir que os processos decisórios deliberativos ainda são pouco incipientes. Nas realidades estudadas, segundo alguns empresários, observa-se o contrário: as decisões da governança são provenientes de hierarquias calcadas em distinções econômicas, sociais, políticas e intelectuais. Além disso, pode-se observar que fatores culturais, organizacionais e profissionais, que não são objeto deste trabalho, mas influenciam e determinam posturas individualistas dos empresários, o que resulta em baixo nível informacional a respeito do contexto onde está inserido o seu próprio negócio. Assim, permanece o capital próprio como uma das fontes mais utilizadas pelas MPEs integrantes de APLs, quando disponível, além de ser mais cara, como nos ensina a teoria de finanças empresariais, reduzindo, portanto, a competitividade e a capacidade de sobrevivência e crescimento de tais empreendimentos e, conseqüentemente, do arranjo do qual participam e, por influência desta situação, reduzem as possibilidades de melhorias no desenvolvimento sócio-econômico do local onde inseridos.

8 - REFERÊNCIAS

APL DE NOVA FRIBURGO – RJ. Disponível em: <www.intimafrigurgo.com.br>. Acesso em fev. 2009

BANCO DO BRASIL S/A. Disponível em: <www.bb.com.br>. Acesso em: fev. 2009

BARBACHAN, José S. Fajardo; FONSECA, Marcelo M. **Concentração bancária brasileira: uma análise microeconômica** - FINANCELAB WORKING PAPER - FLWP – 02/ 2004 – IBMEC – São Paulo, 2004

CASSIOLATO, J. & LASTRES, H. M. M., “O Foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas”. In: LASTRES, H.M.M. et AL. (org.). **Pequena empresa, cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CAVALCANTE, A. T. M. **Financiamento e Desenvolvimento Local: um estudo sobre arranjos produtivos**. 2006. 162 pág. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DIRETORIA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO BANCO DO BRASIL S/A – DIMPE. “Fórum Permanente das MPE” – 48º Reunião do Comitê Temático Investimento e Financiamento – Programa de Aproximação Banco/Empresa. Abril 2008. 21 slides. Disponibilizado em:< http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1218826024.pdf>. Acesso em 02 fev.2009.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

LORENZO, Helena C. Consórcio intermunicipal central paulista Brasil-Itália, A experiência de desenvolvimento da terceira Itália e a realidade da região Araraquara. São Carlos: Questões para reflexão”. **Revista Uniara**. Araraquara, n.19, p.75-91, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – MDIC. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em fev. 2009.

NETO, J. A. - Organizador – “**Redes entre Organizações**: Domínio do conhecimento e da eficácia operacional”. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO – RJ. Disponível em: <www.cabofrio.rj.br>. Acesso em: fev. 2009.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS – REDESIST. “Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais”, Quinta revisão. Junho de 2005.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. Arranjos e Sistemas produtivos Locais em espaços industriais periféricos. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, Vol 6, n.2: p. 147-180, jul./dez. 2002.

SEBRAE – RJ. Disponível em: www.sebraerj.org.br. Acesso em fev. 2009.

_____. **Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, 2003 - pág 9. Disponível em <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso em: 10 jan.2009.

_____. **Convênio BB/SEBRAE 12/2006** – Disponível em: <<http://www.uasf.sebrae.com.br/stuff/uasfparcerias/bb/>> Acesso em 29 nov. 2008.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO – SINDIVESTUÁRIO. Disponível em: <www.sindinvest.org.br> . Acesso em fev. 2009.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. e SAMPAIO, S. *Clusters* ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologias e Sugestões de Políticas. **Revista de Economia Política**, vol 24, n. 4 (96) – Out/Dez 2004.

TENÓRIO, F. G. “Desenvolvimento e Gestão Local: Temas e Atores em um Cenário de Mudanças”. In: BAVA, Silvio Caccia, **Org. Desenvolvimento Local**. São Paulo: Pólis, n. 25, 1996, p.63/75.

_____. **Gestão Social – metodologias, casos e práticas**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VALLE, Mirian Rosa, VILLELA, Lamounier Erthal. A utilização da Lógica Fuzzy para Análise de Fatores Endógenos e Exógenos em um Arranjo Produtivo Local: o caso da moda praia de Cabo Frio, **Anais do EnANPAD**. Disponível em CD ROM 2007.